

MESA-REDONDA

O 1.º ciclo do Ensino Básico em Portugal:
como se organizam as escolas a tempo inteiro

Moderador – Sérgio Niza

Recordo apenas que nós pedimos a atenção de cada um dos intervenientes para cinco pontos. Pedimos que nos falassem do plano curricular, sempre na dimensão de um dia e de uma semana. Quer dizer, quanto tempo passam as crianças na escola em Portugal, quer seja num dia, quer seja numa semana, e como distribuímos as actividades por esses períodos de trabalho. Pedia-se primeiro que nos dessem essa ideia, como se distribuem as actividades educativas, quer curriculares quer complementares do currículo. E depois das diversas áreas curriculares, o apoio que se dá aos alunos que revelam dificuldades ao longo do desenvolvimento do currículo. Em terceiro lugar, a relação entre as actividades curriculares e aquilo a que se chama agora enriquecimento curricular. Gostaríamos ainda de saber como gerem as fases de transição da educação pré-escolar para o 1.º ciclo e deste para o ciclo seguinte. Esperamos, ainda, que possam enumerar eventuais dificuldades e carências para podermos ver, a partir destes quatro casos e com os muitos outros que decorrem da vossa experiência, se resulta alguma coisa de enriquecedor para todos nós.

Não será, obviamente, para o momento político imediato. Mas tudo o que fizemos hoje de aprofundamento, de reflexão e de debate, é um tempo ganho do ponto de vista cultural e histórico para os portugueses, sobretudo para vocês e para mim, empenhados como estamos na qualidade do sistema educativo neste incerto futuro a construir.

O Agrupamento de Escolas da Damaia tem a sua sede na EB2,3 Prof. Pedro D'Orey da Cunha. Abrange cerca de 1900 alunos, dos quais 1290 nos ensinos pré-escolar e 1.º ciclo; 520 nos 2.º e 3.º ciclos; 24 nos CEF (Jardinagem e Carpintaria) e 59 nos cursos de Educação e Formação para Adultos. Este Agrupamento localiza-se no concelho da Amadora, freguesia da Damaia.

A Amadora é uma cidade pertencente ao distrito de Lisboa, cujo município foi criado em 11 de Setembro de 1979. Este concelho, com cerca de 24 km² de área, é um centro urbano com forte densidade populacional que viu a sua população aumentar significativamente após a descolonização. Tem aproximadamente 176 000 habitantes, sendo a quarta cidade mais populosa em Portugal. É caracterizado pela existência de:

- grandes centros habitacionais com predominância de apartamentos;
- grandes aglomerados populacionais, alguns com deficiências de estruturas;
- centros dispersos e pouco significativos de vivendas;
- grandes centros de construção clandestina.

Do concelho da Amadora fazem parte 11 freguesias.

¹ Agrupamento de Escolas da Damaia

O Agrupamento de Escolas da Damaia recebe essencialmente alunos das freguesias da Damaia e da Buraca.

A Damaia, uma das mais antigas freguesias da Amadora, tem vindo a beneficiar de vários equipamentos desportivos, culturais e serviços públicos, que conferem maior autonomia à população.

Existem na freguesia alguns imóveis de valor histórico, arquitectónico e urbanístico, como o Aqueduto das Águas Livres e o Palácio dos Condes da Lousã.

A população da Damaia é constituída por habitantes de origem portuguesa e imigrantes, na sua maioria, oriundos dos PALOP aos quais, ultimamente, se têm juntado cidadãos brasileiros e dos países da Europa de Leste, e, mais recentemente, provenientes do continente asiático, nomeadamente da China.

A freguesia da Buraca, que cresceu a partir de um pequeno núcleo de edifícios de 2/3 andares dos finais dos anos 40, início dos anos 50, apresenta zonas envolventes de prédios mais recentes. Esta freguesia abrange dois bairros: Zambujal (que não faz parte do nosso Agrupamento) e Cova da Moura. É uma freguesia cuja população é bastante heterogénea, tanto a nível social, como cultural e económico, apresentando uma estrutura etária jovem (34%), com um número expressivo de população escolarizável em todos os níveis de ensino.

Os alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino deste Agrupamento pertencem a estas duas freguesias, residindo um número significativo nos Bairros da Cova da Moura, 6 de Maio e Estrela de África.

O Bairro da Cova da Moura que foi um bairro de construção clandestina incluído, em Janeiro de 2007, por decisão do Conselho de Ministros, no Programa dos Bairros Críticos, pertence às duas freguesias. Os dados deste bairro são poucos e pouco fiáveis, dada a dificuldade de recolha. A constante mobilidade da população, oriunda, na sua

grande maioria, dos PALOP, dificulta o trabalho de actualização desta informação. Estima-se que a população ronde os oito mil habitantes. A grande maioria é de origem africana: 75% são cabo-verdianos, mas há também guineenses, angolanos e ainda portugueses provenientes do Norte e do Centro do país.

As condições das habitações são precárias e frequentemente famílias muito numerosas partilham a mesma casa. A maioria da população activa masculina trabalha na construção civil. As mulheres trabalham essencialmente no serviço doméstico, limpeza, restaurantes e na venda de peixe e fruta.

O Bairro 6 de Maio, à semelhança do da Cova da Moura, é um bairro clandestino “nascido” em cima de uma lixeira, onde serpenteiam os becos estreitos e com população maioritariamente de origem cabo-verdiana. Um pouco mais acima, no Bairro Estrela de África, originado por um movimento migratório mais recente, encontram-se angolanos, são-tomenses, guineenses e uma grande comunidade muçulmana. A pobreza incide sobre alunos de todas as instituições do Agrupamento, sendo mais grave nos alunos oriundos destes bairros.

O Agrupamento é constituído pelas seguintes Escolas e Jardins-de-Infância: Jardim-de-infância da Damaia, EB1/JI das Águas Livres, EB1/JI Alice Vieira, EB1/JI Cova da Moura, EB1 Padre Himalaia e EB2,3 Professor Pedro D’Orey da Cunha.

Sessenta por cento dos alunos que ingressam no 1.º ciclo têm o português como língua não materna, 10,1% dos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo são acompanhados pelos SPO (não estão incluídos dois estabelecimentos por não terem apoio), 57% dos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo recorrem ao almoço da escola como forma de terem uma alimentação condigna e 10% dos alunos da Cova da Moura são apoiados pela Escola ao nível da higiene pessoal.

A inclusão do Agrupamento no Projecto TEIP II veio possibilitar, ainda que tardiamente, o desenvolvimento de projectos anteriores, como,

por exemplo, a contratação de mais mediadores/animadores. Outros, como o Atelier de Leitura, para o ensino do Português como língua não materna, não foi possível implementar.

A EB1/JI ÁGUAS LIVRES fica situada na Damaia de Baixo e abrange o Bairro 6 de Maio, habitado maioritariamente por minorias étnicas, nomeadamente cabo-verdianos. É formada por dois edifícios em estado degradado, sendo a única escola de 1.º ciclo do Agrupamento que não sofreu qualquer tipo de intervenção. Está enquadrada por vários prédios urbanos. Para além das actividades lectivas, em regime normal, funcionam Actividades de Enriquecimento Curricular para o 1.º ciclo das 15h30 às 17h30.

A EB1/JI ALICE VIEIRA, localizada na Buraca, é constituída por dois edifícios: o “Plano Centenário”, que dispõe de oito salas de aula, e o Pavilhão, com oito salas de aula do 1.º ciclo e três salas de jardim-de-infância, entre outros espaços.

A escola possui um espaço exterior não muito amplo, onde foram colocados contentores que funcionam como salas de aula. Esta alteração permitiu que o horário da escola tivesse passado de regime duplo para regime normal, no presente ano lectivo.

As Actividades de Enriquecimento Curricular funcionam entre as 15h30 e as 17h30.

A EB1/JI COVA DA MOURA localiza-se no bairro do Alto da Cova da Moura e é composta por um edifício único com oito salas de aula do 1.º ciclo e duas salas de pré-escolar, para além de outros espaços.

A escola possui um espaço exterior amplo que, no entanto, é muito perigoso, por estar cheio de escadas e muros altos. Neste espaço exterior, foram colocados contentores onde funcionam quatro turmas. Esta alteração permitiu que o horário da escola tivesse passado de regime duplo para regime normal, no presente ano lectivo.

Este estabelecimento recebe, ao longo do ano, alunos que vêm para finalização de tratamentos médicos, ao abrigo de acordos de saúde com os PALOP, e que não dominam a língua portuguesa, contribuindo para um acréscimo das dificuldades na gestão e desenvolvimento do currículo.

A EB1 PADRE HIMALAIA localiza-se na Damaia de Cima. O edifício, que sofreu intervenção profunda há cerca de 5 anos, é constituído por oito salas de aula, refeitório, biblioteca e outros, à semelhança dos estabelecimentos anteriores. As Actividades de Enriquecimento Curricular funcionam das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00, fora da escola, por falta de espaço físico e devido ao funcionamento em regime duplo. Existem alunos de etnia cigana que, por motivos organizacionais das famílias, tais como mudança de residência sem dar conhecimento à escola, acentuam a taxa de abandono.

Perante as características dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino descritos anteriormente e tendo como referência as orientações curriculares do ensino pré-escolar e o Currículo Nacional do Ensino Básico, a principal preocupação deste Agrupamento consubstancia-se em garantir os níveis de apropriação e desenvolvimento das competências específicas, por ano de escolaridade, em cada área curricular disciplinar e não disciplinar, bem como assegurar uma gestão diferenciada do programa. Assim, os alunos deverão ter desenvolvido, no final de cada ano de escolaridade, competências inscritas no Currículo Nacional que lhes permitam garantir a sua progressão no processo de ensino/aprendizagem.

Contudo, tendo em conta as especificidades da maioria dos alunos que integram o 1.º ciclo, consideramos ser necessário repensar o currículo, nomeadamente nos conteúdos de Língua Portuguesa, os quais deverão ser reajustados à nossa realidade: língua materna ou segunda língua. Também as áreas da Matemática e de Estudo do Meio deverão ser repensadas, uma vez que os conteúdos de ambas são muito extensos nos vários anos de escolaridade.

No 1.º ciclo do ensino básico, as horas definidas no normativo não estão de acordo com a realidade, pois, apesar da especificidade dos conteúdos de cada área disciplinar, há diversos momentos em que os conteúdos são abordados de forma transdisciplinar, não compartimentada por áreas.

As áreas curriculares não disciplinares concretizam-se de forma transversal às actividades das outras áreas curriculares. Os docentes, reunidos por anos de escolaridade, planificam a longo e médio prazo, gerindo essa planificação de acordo com a realidade da turma, fazendo-a transparecer no PCT.

Devido aos vários níveis de aprendizagem, a diferentes realidades escolares, sociais e comportamentais é, por vezes, difícil cumprir o currículo.

Os resultados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática continuam a ser preocupantes em todos os anos de escolaridade, não obstante o investimento efectuado em recursos materiais, humanos e tempo. Este território educativo está constantemente a receber alunos imigrantes, cuja integração põe em evidência o desfasamento entre o nosso sistema de ensino e o dos PALOP.

As escolas carecem de alguns espaços onde os professores e o pessoal não docente possam apoiar alunos na realização dos trabalhos de casa, leituras e estudo, proporcionando mais oportunidades de aprendizagem.

Desenvolvem-se várias actividades conducentes às estratégias de aprendizagem e são adoptadas metodologias activas que revelam afinidade com o ensino directo, tais como:

- numa primeira situação o professor dirige as aprendizagens;
- na situação seguinte, a aprendizagem é autodirigida pelos alunos;
- propiciam-se situações em que os alunos têm um papel activo na construção do seu próprio saber;

- aproveitam-se as experiências individuais na sala de aula, levando os alunos mais motivados, com mais conhecimentos ou que já compreenderam os conteúdos, a partilharem-nos com os seus pares que evidenciam mais dificuldades;
- incentiva-se directamente a intervenção dos alunos menos participativos, através de responsabilidades que lhes permitam ser bem-sucedidos;
- fomenta-se o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, através de estratégias diversificadas;
- utilizam-se metodologias de ensino diversificadas e que tornem a compreensão e apropriação dos saberes mais interessantes para os alunos;
- utiliza-se um ritmo de ensino adequado às capacidades e conhecimentos dos alunos, privilegiando a qualidade à quantidade.

No que diz respeito ao trabalho do professor titular de turma, há a referir que este:

- desenvolve apoio individualizado na sala de aula, dentro do possível, considerando a especificidade dos alunos;
- procura ser justo e dedicado, tendo presente as características intrínsecas de cada aluno, utilizando o reforço positivo;
- encoraja-os, especialmente aqueles que apresentam um *locus* de controlo negativista ou situações de desânimo face à realização das actividades.

O papel do professor de apoio sócioeducativo deveria ser vocacionado essencialmente para os alunos com dificuldades e não se aplicar a substituições de faltas de docentes, bem como o professor deveria ter um horário completo, o que não acontece na realidade.

O papel do professor de ensino especial, tal como dos restantes, não se baseia exclusivamente em identificar as dificuldades, mas

também em delinear objectivos e estratégias diferenciadas de ensino e aprendizagem, para uma melhor inclusão no contexto de sala de aula, na relação com os seus pares e outros intervenientes da comunidade.

Estes apoios são iniciados a partir de reuniões com todos os intervenientes, no sentido de detectar as dificuldades das crianças, para que se possa planificar a intervenção, através de objectivos e estratégias. Todos os alunos que usufruem de apoios são bem aceites por toda a escola e apoiados pelos colegas das turmas onde estão inseridos.

Para uma intervenção mais precisa e dirigida, há muitas vezes uma grande carência de recursos humanos nas áreas de: psicologia e orientação escolar e terapia (da fala, ocupacional...).

Para além da articulação entre os vários intervenientes, tendo em conta o enquadramento dos conteúdos e o reforço de competências, as Actividades de Enriquecimento Curricular constituem uma oportunidade de se efectuarem novas aprendizagens. Apesar disso, algumas famílias valorizam-nas pouco, encarando-as como ocupação de tempos livres. Também por parte de alguns técnicos/professores que leccionam estas actividades existe desmotivação, decorrente das condições remuneratórias praticadas, o que constitui um obstáculo à fixação deste pessoal. Os alunos, muitas vezes, não mantêm a sua turma de origem, evidenciam cansaço e instabilidade, dispersando-se e não criando rotinas de qualidade.

Deveria haver uma bolsa de recursos, tendo como objectivo não sobrecarregar os docentes do 1.º ciclo.

Os alunos do ensino pré-escolar integrados em escolas com 1.º ciclo visitam regularmente, ao longo do ano, as salas de 1.º ano. Os não integrados em escolas básicas visitam a escola que irá ser frequentada no próximo ano lectivo, na última semana de aulas. O mesmo sucede com os alunos de 4.º ano que visitam a EB2,3.

A complexidade que envolve actualmente a educação em Portugal manifesta-se na Reforma do Sistema Educativo e nas constantes reorganizações/ajustes a que tem sido submetida. A forma como cada escola se organiza, como convive com o contexto, a natureza das decisões e da relação pedagógica são representações explícitas do modo como gere essa complexidade.

Pede-se à Escola que implemente uma “práxis” de qualidade, em que se destaca a integração cultural, a concretização de projectos inovadores, a renovação de práticas pedagógicas amplamente reflectidas e fundamentadas, a colaboração na formação de novos profissionais do ensino e ainda a investigação na acção e sobre a acção pedagógica desenvolvida.

Sabemos que todos os sistemas sociais são complexos e que a evolução rápida das sociedades provoca incertezas, próprias de cada contexto, a que a Escola e a comunidade educativa não podem ficar alheias.

Consideramos uma mais-valia a diversidade cultural do meio em que nos inserimos e propomo-nos trabalhar na construção de uma Escola que seja um espaço de afirmação da cidadania para todos os que aí ensinam e aprendem.

Contamos com recursos humanos idênticos aos das escolas de excelência, o que por si só não é garantia de sucesso. Podemos afirmar que este Agrupamento é singular, mas o que se espera destes alunos é idêntico ao estabelecido para os demais, o que nos faz colocar várias questões:

- Como ensinar crianças e adolescentes cujo capital cultural e linguístico não os predispõe para o sucesso e lhes limita o exercício responsável e democrático da cidadania?
- Como dar então sentido à escola, evitando o abandono e o insucesso escolar?

- Como valorizar e reforçar a profissionalidade docente cada vez mais chamada a “agir na urgência e a decidir na incerteza”, especialmente quando a formação inicial não a prepara para lidar com a diversidade nem para gerir situações de conflito, decorrentes dos interesses e valores dos diferentes grupos sócio-culturais?

Não esqueçamos nunca que as aprendizagens essenciais continuarão a ser feitas na Escola e, para que tal seja possível, primamos por um ambiente de trabalho acolhedor, em convivência e respeito por todos.

O Agrupamento de Escolas de Entre Arga e Lima, criado no ano lectivo de 2002/2003, era composto inicialmente por 7 JI e 8 EB1. No ano lectivo seguinte, com o alargamento, devido à extinção do Agrupamento Horizontal de Terras do Lima, passou a ser formado por 12 JI e 13 EB1, ficando definitivamente o número de EB1 fixado em 11, com a extinção de duas escolas. Com o alargamento, a designação do Agrupamento alterou-se para Arga e Lima.

Contudo, a sede continuou na EB2,3/S de Lanheses. Este Agrupamento tem a particularidade de ser intermunicipal, abrangendo JI e EB1 dos concelhos de Viana do Castelo (maioritariamente) e Ponte de Lima, com grande dispersão geográfica, sendo necessário percorrer 26 km entre as escolas mais distantes.

Ao longo da sua existência, a frequência média por ano lectivo rondou os 400/410 alunos nos quatro anos de escolaridade do 1.º ciclo, notando-se actualmente um ligeiro decréscimo no número de matrículas.

No Agrupamento, a carga horária está de acordo com o legalmente estipulado e repartida da seguinte forma:

- 25 horas semanais dedicadas ao currículo;
- 2 horas de componente não lectiva no estabelecimento;
- 2 horas de componente não lectiva dedicada a reuniões;
- 6 horas de componente não lectiva de trabalho individual.

¹ Agrupamento de Escolas de Arga e Lima

As 25 horas semanais são dedicadas à aprendizagem dos conteúdos programáticos constantes do programa oficial aprovado pelo Ministério da Educação, a partir dos quais o Conselho de Docentes se debruçou para definir as competências mínimas exigíveis que o aluno deverá atingir no final do 1.º ciclo, para poder transitar de ciclo.

As 2 horas de componente não lectiva no estabelecimento são cumpridas na actividade de Apoio ao Estudo, assegurada por todos os docentes deste Agrupamento.

As outras 2 horas semanais destinam-se à participação no Conselho de Docentes e reuniões sectoriais por anos de escolaridade. O objectivo destas reuniões é articular uma melhor coordenação/cooperação entre colegas que ministram os mesmos anos de escolaridade, procurando-se desta forma que a coordenação pedagógica e a aproximação entre os vários docentes proporcionem a quebra de algum isolamento profissional que se poderá sentir pela dispersão das EB1. No entanto, é preocupação que esta partilha não ponha em conflito estratégias próprias que, em casos específicos do contexto de cada uma das comunidades educativas, cada docente ache por bem implementar.

As restantes 6 horas podem ser destinadas a um trabalho mais individualizado e específico da escola.

Em reunião de Conselho de Docentes, definiram-se critérios com a respectiva distribuição percentual e competências a adquirir, como:

- Atitudes e Comportamentos (20%) – procuram-se avaliar competências como a assiduidade/pontualidade; sociabilidade; responsabilidade; persistência e empenho na realização de tarefas; participação/cooperação nas actividades; conclusão de tarefas em tempo determinado.
- Áreas Curriculares Disciplinares – Aquisição de conhecimentos/ /autonomia (65%) – exige-se ao aluno a aquisição da capacidade de se exprimir oralmente e por escrito; capacidade de compreender e reter informação escrita e oral; capacidade de produzir textos

com diferentes objectivos comunicativos; capacidade de questionar e articular saberes para a compreensão de situações e/ou problemas; domínio progressivo das competências de Língua Portuguesa e da Matemática; aprendizagens conseguidas no âmbito das competências sociais, pessoais e académicas.

- Áreas Curriculares não Disciplinares – Área de Projecto/Estudo Acompanhado/Formação Cívica (15%) – o Conselho de Docentes definiu como essencial a organização do projecto; nível de concretização das tarefas; apresentação dos trabalhos; sentido de responsabilidade; autonomia na realização das aprendizagens; métodos de organização e trabalho; pesquisa de informação; relação interpessoal; espírito crítico.

O tempo escolar foi distribuído tendo em conta 8 horas semanais para a Língua Portuguesa; 7 horas para Matemática; 5 horas para Estudo do Meio e 5 horas para as Expressões, subdividindo-se esta área, de forma a que a cada uma das Expressões (Formação Cívica, Área de Projecto, Expressão Plástica, Expressão Musical e Expressão Dramática) seja reservada 1 hora. Como a área das Expressões é muito abrangente poder-se-á numa mesma hora trabalhar algumas ou todas as vertentes.

No 1.º ciclo, a interdisciplinaridade entre as várias áreas do currículo é primordial. Os docentes do Agrupamento consideram que um bom conhecimento da Língua Portuguesa é imprescindível como competência transversal para despertar e desenvolver aprendizagens nas outras áreas curriculares, elegendo-se, em muitas situações, o Estudo do Meio como elemento motivador.

Aos alunos que revelem dificuldades é-lhes disponibilizado apoio individualizado com estratégias adequadas a cada caso específico, existindo para o efeito professores dos Apoios Educativos e Especial que, dentro das limitações de recursos humanos existentes no Agrupamento (4 professores/56 alunos), procuram dar a melhor resposta. O Conselho de Docentes, no início do ano lectivo, definiu um conjunto de critérios de selecção, com o objectivo de serem apoiados aqueles que denotassem

maiores dificuldades. Ao longo do ano lectivo poder-se-á fazer reajustamentos sempre que os alunos apoiados consigam trabalhar de forma mais autónoma, sendo substituídos por outros que, numa primeira seriação, não foram contemplados com apoio.

Nas consultas realizadas no gabinete de psicologia, serviço garantido pelo orçamento privativo do Agrupamento, procura-se que a articulação psicólogo/professor contribua para a definição de estratégias conjuntas que promovam o percurso académico do aluno. O envolvimento dos pais/encarregados de educação é fundamental, pois a sua colaboração é relevante para o processo de ensino/aprendizagem. Por último, para os casos mais complexos são elaborados planos de recuperação, acompanhamento e desenvolvimento. Nestes documentos são traçados os pontos fortes e fracos, sendo definidas estratégias de acordo com a especificidade do aluno, envolvendo sempre o acompanhamento familiar.

Do plano anual de actividades, construído em articulação desde o pré-escolar ao secundário, constam vários projectos e iniciativas que visam proporcionar aos alunos um contacto mais directo com a realidade e outras áreas do conhecimento, nomeadamente:

- *Projecto “Ciência Viva”*, dinamizado pelos professores do departamento de Ciências/Física e Química da EB2,3/S, que percorrem todas as escolas do 1.º ciclo proporcionando a todas as crianças o contacto com as mais variadas experiências;
- *Projecto “Segurança na Escola”* – simulam-se situações de prevenção rodoviária;
- *Jornal Escolar “A Passagem”* – participação na elaboração do jornal com o envio de artigos para publicação;
- *Projecto “Latitude 60”* – participação em iniciativas que visam chamar a atenção para os problemas do ambiente. Em consonância com este projecto realizaram-se os “Tecnogames” (semelhantes aos “Jogos sem Fronteiras”) cujo tema foi o ambiente e a necessidade da sua preservação;

- *Projecto “Livros de Volta”* – promovido pela biblioteca do Agrupamento. Neste projecto, os livros circulam em maletas pelas EB1 com o objectivo de despertar o gosto pela leitura. No âmbito deste projecto realizaram-se encontros com alguns autores (António Mota, Maria Conceição Campos e Margarida Fonseca Santos); comemorou-se o Dia Mundial do Livro procedendo-se à leitura de poemas e dramatizações de pequenos textos;
- *Projecto “Compostagem na Escola”* – visa a sensibilização dos alunos para práticas defensoras da qualidade ambiental;
- *Comemoração de datas e factos relevantes da nossa história* (nomeadamente, a comemoração do 25 de Abril);
- *Projecto Cidadania* – participação dos alunos do II/1.º ciclo no II Congresso “Crianças e Jovens – Cidadãos, Hoje”, com apresentação de comunicações de algumas escolas aos congressistas. Este projecto foi desenvolvido em parceria com o Agrupamento de Escolas Pintor José de Brito.

Tendo a escola a consciência de que os valores ancestrais de cada uma das freguesias se devem tentar preservar, realizam-se anualmente:

- *Feira dos Santos* – participação de alunos, pais, professores e funcionários na venda de produtos regionais na feira quinzenal de Lanheses, visando a angariação de verbas para realização de visitas de estudo ou outras actividades;
- *Dia de S. Martinho* – magusto com deslocação de professores e alunos, de forma repartida, da EB2,3/S às várias escolas do 1.º ciclo;
- *Janeiras* – cada escola, na sua freguesia, dedica vários dias para, de casa em casa, de lugar em lugar, levar um pouco desta tradição a toda a comunidade;
- *Participação no Corso Carnavalesco do Agrupamento* com desfile pelos arruamentos da freguesia de Lanheses;

- *Caminhada pascal associada a uma prova de orientação*
– partindo-se de um local prédefinido, inicia-se uma caminhada que culmina com a Comunhão Pascal. Em cada ano é realizada numa freguesia diferente da área geográfica do Agrupamento;
- *Confeção e exposição das “Maias”* – as escolas participam nesta actividade tradicional expondo as “Maias” confeccionadas nas janelas da sede do Agrupamento;
- *“Semana Cultural” do Agrupamento* – exposição de trabalhos produzidos ao longo do ano, participação em pequenas peças de teatro, sarau gímnico e interpretação de pequenas peças de música;
- *Visitas de Estudo* – realizam-se, normalmente associadas com os II, com o objectivo de aprofundar conhecimentos “in loco” de monumentos, vilas, cidades, e algumas unidades fabris de referência do país.

Antes de se constituir o Agrupamento, trabalhou-se em rede na sequência do Projecto Nacional “Escolas Promotoras de Saúde” (ementas, jornal escolar, ensino precoce de Francês, actividades de Educação Física, Expressão Musical e Ateliers de Expressões).

O Agrupamento disponibiliza, nas Actividades de Enriquecimento Curricular, Inglês e Apoio ao Estudo como actividades de oferta obrigatória e Actividade Física e Desportiva, Artes Plásticas, Expressão Musical e Expressão Dramática como actividades de carácter facultativo. O Inglês, as Artes Plásticas, a Expressão Musical e a Expressão Dramática são ministrados em 3 dias da semana em blocos de 45 minutos cada. A Actividade Física e Desportiva e o Apoio ao Estudo, em algumas situações, são ministrados em blocos de 90 minutos (uma vez na semana), tendo esta última actividade, em algumas escolas, 2 blocos de 45 minutos cada.

A implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular proporcionou a articulação com as actividades curriculares. A realização

periódica de reuniões a nível de estabelecimento de ensino e a reunião de Conselho de Docentes visam planificar em conjunto e avaliar a forma como as mesmas decorrem ao nível de resultados e motivação dos alunos. No início do ano lectivo efectuam-se reuniões entre professores, monitores, alunos e pais onde as Actividades são apresentadas e são dados a conhecer os objectivos que se pretendem atingir. Aos monitores é-lhes pedido que sumariem diariamente os conteúdos ministrados. Trimestralmente, os professores das turmas e os monitores apresentam relatórios em que informam, de uma forma sucinta, como decorreram as actividades, qual a motivação dos alunos, o grau de assiduidade, etc.

A falta de pessoal auxiliar que permita cobrir o espaço das Actividades Curriculares e de Enriquecimento tem proporcionado alguma dificuldade em assegurar de forma satisfatória a segurança das crianças no espaço escolar.

Este ano lectivo, o Agrupamento está a realizar um inquérito junto de professores, monitores, alunos e pais/encarregados de educação, de forma a recolher dados fiáveis e concretos acerca do impacto das AEC nas escolas deste Agrupamento. Outra medida implementada no Agrupamento é a realização de reuniões interciclos, com o objectivo de receber/dar informação detalhada relativamente aos alunos que transitam do pré-escolar para o 1.º ciclo e deste para o 2.º ciclo. Estas reuniões são sectoriais: pré/1.º ciclo e 1.º ciclo/2.º ciclo. Procura-se, nestas reuniões, analisar os casos mais difíceis, quer a nível comportamental quer a nível de aprendizagens, trocando-se experiências sobre as várias estratégias utilizadas.

Pontos Prévios

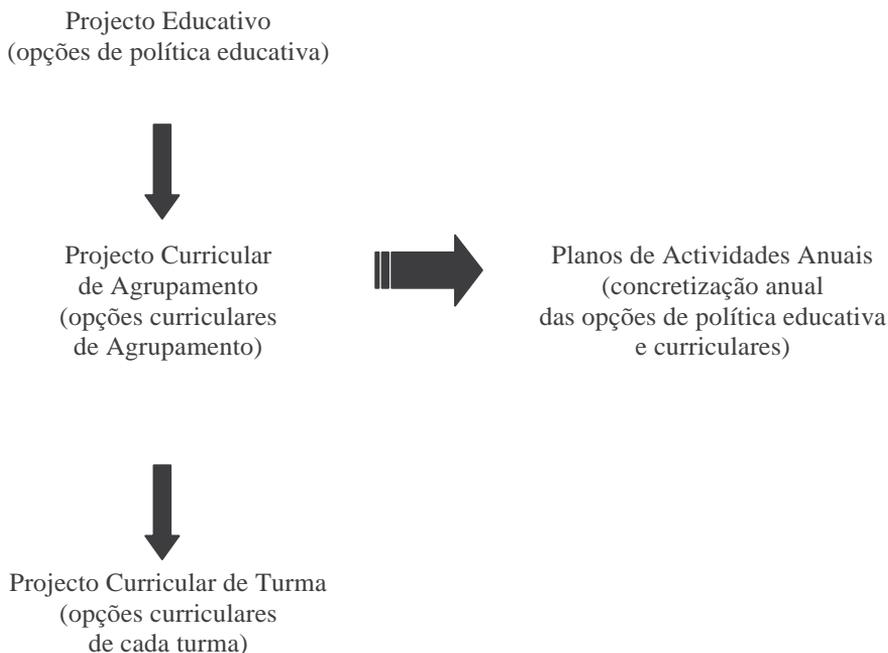
O Agrupamento Vertical de Portel, do qual sou o presidente, integra um Agrupamento horizontal que funcionou de 1992 a 2006. Fomos também um dos primeiros Agrupamentos a assinar o contrato de autonomia. Entrámos naquele pacote inicial de 24 Agrupamentos de escolas.

O trabalho que aqui vou apresentar é fundamentalmente o que foi desenvolvido no Agrupamento horizontal. Isto porque eu e alguns dos colegas que aqui estão presentes fizemos parte do Conselho Executivo desse Agrupamento e o trabalho ao nível do 1.º ciclo foi desenvolvido nessa altura.

Desde que entrámos para o órgão de gestão, em 2002, e durante quatro anos, desenvolvemos um trabalho estruturado, sequencial e muito intencional que se fundamentou em dois ou três documentos estratégicos.

¹ Agrupamento Vertical de Portel.

O texto que agora se publica foi extraído do registo oral da intervenção e não foi revisto pelo autor.



Durante quatro anos, a nossa acção baseou-se no estabelecimento de uma rede de parcerias com as instituições locais, quer ao nível das juntas de freguesia, quer ao nível das instituições das IPSS.

Estou a falar de um concelho do Alentejo onde se insere a Barragem do Alqueva, com escolas de muito pequena dimensão, uma escola em cada sede de freguesia, todas de tipologia EB1 com jardim-de-infância, com excepção de uma delas. São escolas que têm desde dez, doze alunos até um máximo de 130, na sede de concelho. Todas as nossas escolas têm auxiliares de acção educativa a tempo inteiro, uns do quadro do Ministério da Educação, outros colocados pelo próprio Agrupamento.

O trabalho desenvolvido durante quatro anos teve uma avaliação externa, na qual foram validados uma série de indicadores. Com o processo de verticalização perdeu-se um bocadinho da dinâmica que tínhamos lançado e, no fundo, assistiu-se a uma modelação que

provavelmente também aconteceu noutros Agrupamentos. Uma modelação do trabalho do pré-escolar e do 1.º ciclo em função da imagem e da organização da EB 2,3. E, neste momento, estamos a falar do recomeço de uma dinâmica a partir das eleições ocorridas em Janeiro de 2008.

Um dos projectos de grande interesse, e que foi muito valorado pela avaliação externa, centrou-se na formação contínua. Os tempos lectivos semanais foram organizados de forma a que se tivesse a tarde de quarta-feira livre para desenvolver, fundamentalmente, dois tipos de actividade. Para além das reuniões dinâmicas, desenvolvemos um processo de formação contínua centrada no Agrupamento. Isto porque, quando elaborámos o nosso projecto educativo, uma das questões considerada problemática foi o facto de a formação não ser ajustada às necessidades do Agrupamento.

Logo em 2003, procedemos à informatização de todas as salas de aula, com ligação à Internet, quer no pré-escolar, quer no 1.º ciclo, a par da qual disponibilizámos formação contínua. Essa formação ocorreu nas quartas-feiras à tarde, a maior parte das vezes na modalidade de oficina de formação.

Isto permitiu responder, de uma forma articulada, às necessidades de desenvolvimento profissional dos docentes, mas também às necessidades de desenvolvimento da organização escolar, logo, do próprio Agrupamento. Para além da formação em TIC, apostámos muito na formação ligada às áreas curriculares da Língua Portuguesa, do Estudo do Meio, do ensino experimental das Ciências e da Matemática. A formação contínua foi integrada no horário dos docentes, na componente não lectiva presencial na escola. Isto quer dizer que tornámos a formação contínua obrigatória.

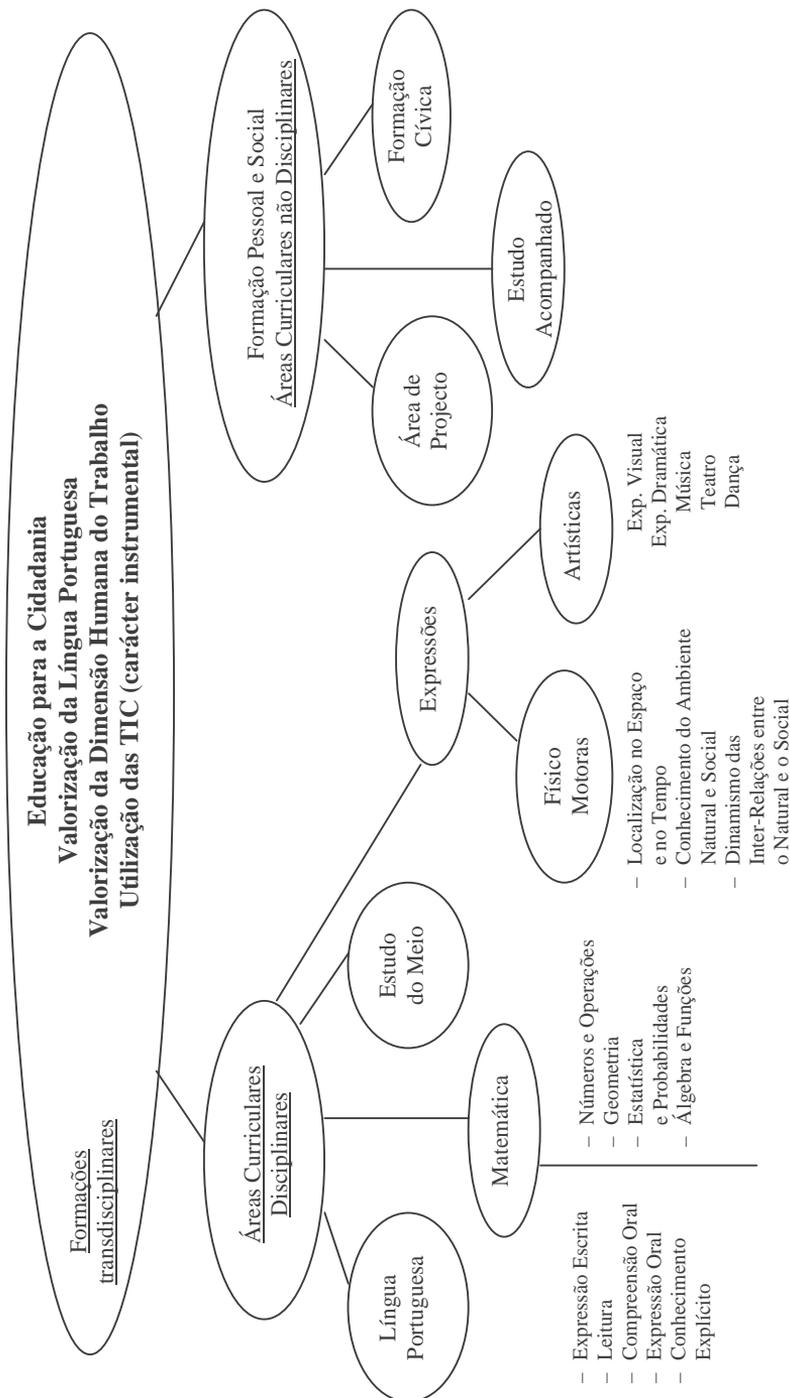
Em 2005 e 2006, apontava-se para que os professores do 1.º ciclo desenvolvessem actividades de animação educativa. Nós considerámos que não faria nenhum sentido avançar por essa área e que seria muito

mais importante promover a melhoria da qualidade das práticas educativas, pois é essa, fundamentalmente, a missão da escola.

No que se refere à estrutura curricular do 1.º ciclo e de acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2001, ela baseia-se em formações transdisciplinares – educação para a cidadania, valorização da Língua Portuguesa, valorização da dimensão humana do trabalho e utilização das TIC, esta de carácter instrumental – que enquadram dois grandes grupos de formação, que são as áreas curriculares disciplinares e as áreas curriculares não disciplinares.

ESTRUTURA CURRICULAR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

(Decreto-Lei n.º 6/2001)



DISTRIBUIÇÃO CURRICULAR NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (Despacho n.º 19575/2006)

Carga lectiva semanal: 8 horas 32% de peso no currículo	Carga lectiva semanal: 7 horas 28% de peso no currículo	Carga lectiva semanal: 5 horas 20% de peso no currículo	Carga lectiva semanal: 5 horas 20% de peso no currículo
<div style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; width: 100px; height: 100px; margin: 0 auto; display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> Língua Portuguesa </div>	<div style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; width: 100px; height: 100px; margin: 0 auto; display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> Matemática </div>	<div style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; width: 100px; height: 100px; margin: 0 auto; display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> Estudo do Meio </div>	<div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; width: 80px; height: 80px; display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> Expressões </div> <div style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; width: 80px; height: 80px; display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> Área de Projecto </div> <div style="border: 1px solid black; border-radius: 50%; width: 80px; height: 80px; display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> Formação Cívica </div> </div>
<ul style="list-style-type: none"> - Expressão Escrita (.....%) - Leitura (.....%) - Compreensão Oral (.....%) - Expressão Oral (.....%) - Conhecimento Explícito (.....%) 	<ul style="list-style-type: none"> - Números e Operações (.....%) - Geometria (.....%) - Estatística e Probabilidades (.....%) - Álgebra e Funções (.....%) 	<ul style="list-style-type: none"> - Localização no espaço e no tempo (.....%) - Conhecimento do Ambiente Natural e Social (.....%) - Dinamismo das Inter-Relações entre Natural e o Social (.....%) 	<ul style="list-style-type: none"> - Físico-Motoras - Artísticas <ul style="list-style-type: none"> Exp. Visual Exp. Dramática Música Teatro Dança

Mas, a partir de 2006, a distribuição do currículo foi uniformizada. O Ministério da Educação determinou que o peso da Língua Portuguesa e da Matemática deveria ocupar sensivelmente 60% do currículo semanal, que o Estudo do Meio ocuparia mais 20% e que o conjunto das áreas curriculares não disciplinares, juntamente com a área das Expressões, iria ocupar os outros 20%.

Como se organiza a escola a tempo inteiro

Nós temos o sentido da escola a tempo inteiro, porque essa foi uma das ofertas promovidas pelo Agrupamento logo em 2003. Dar resposta a todos os alunos que necessitavam de permanecer na escola até às 18h00 já era uma prática corrente dentro do Agrupamento, entendida como um serviço de apoio à família. Da mesma forma que tínhamos um serviço de almoços organizados em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) locais.

Enquanto não houve Actividades de Enriquecimento Curricular organizadas pelo Ministério da Educação, respondemos a esta matéria organizando uma rede de bibliotecas escolares. Achámos que faria mais sentido promover a oferta de Actividades de Enriquecimento Curricular centradas em actividades lúdicas, como o próprio decreto-lei dizia, do que em actividades curriculares.

Trata-se de uma rede que tem uma biblioteca física em cada uma das escolas, à qual afectámos um profissional recrutado directamente pelo Agrupamento, sendo a maior parte deles pagos pelo Agrupamento, através de recibo verde. Estamos a falar de licenciados, nomeadamente de educadores de infância e de professores do 1.º ciclo.

Chegados a 2005, quando tínhamos esta rede montada, a funcionar perfeitamente, sem nenhum problema e com uma frequência bastante elevada, deparámo-nos com a situação das Actividades de Enriquecimento Curricular, inicialmente com o Inglês e posteriormente com a Educação

Musical, a Educação Física e a Natação, que estão integradas na oferta que é promovida pela Câmara.

Nessa altura remetemos as AEC para o fim das actividades curriculares. Apenas num dos dias da semana estas actividades ocorrem no primeiro tempo da manhã. As AEC desenvolvem-se a dois níveis: por um lado, as que são promovidas pela Câmara Municipal (Inglês, Educação Musical, Educação Física e Natação) e, por outro, o estudo acompanhado e as actividades da biblioteca escolar e do centro de recursos, que já vínhamos desenvolvendo há algum tempo.

Por imposição da própria Inspeção-Geral da Educação, que fez uma auditoria ao Agrupamento, foi considerado que, para além das duas horas de estudo acompanhado, os professores do 1.º ciclo deveriam ter, obrigatoriamente, uma hora de supervisão das Actividades de Enriquecimento Curricular. Então, fizemos coincidir essa hora de supervisão com uma das horas de Inglês porque, logo a partir de 2005, sentimos que essas actividades não estavam a decorrer da melhor forma. Ou seja, havia um grande desajuste, nomeadamente do ponto de vista disciplinar, da gestão da autoridade dentro das salas. Aquilo que deveria ser uma actividade promotora de novas aquisições por parte dos alunos revelava-se exactamente o contrário, uma situação potencialmente conflitual.

Transição entre Ciclos

Aquilo que nos preocupou, essencialmente, foi definir o perfil de saída das crianças que passavam do pré-escolar para o 1.º ciclo, isto é, saber que competências, que aprendizagens deviam ter adquirido quando saíam da educação pré-escolar e transitavam para o 1.º ciclo. No fundo, o trabalho feito ao nível do Conselho de Docentes consistiu em cruzar as orientações curriculares para a educação pré-escolar com o programa do 1.º ano do 1.º ciclo, de 1989, que tinha um conjunto de objectivos e de aprendizagens que considerámos passíveis de serem adoptados como

competências a adquirir no final do pré-escolar, e com os níveis de desempenho que foram trabalhados a nível do 1.º ciclo.

Desta forma, chegou-se à definição de um conjunto de competências que as crianças que saem do pré-escolar deverão ter adquirido quando transitam para o 1.º ciclo. Isto permitiu também um maior acerto nos registos de avaliação que eram produzidos, no pequeno balanço das aprendizagens fundamentais adquiridas. Criou-se, também, o processo individual do aluno, a partir da educação pré-escolar, de forma a registar o percurso do aluno desde o momento em que ele entra na educação formal.

Para a constituição de turmas no 1.º ciclo, eram sempre ouvidos os educadores de infância, nomeadamente quando havia necessidade de fazer a divisão dos grupos.

Tendo em conta as orientações que estavam expressas no documento da gestão flexível do currículo, foram criados grupos de trabalho que produziram vários documentos, tendo em vista a definição dos níveis de desempenho e de competências por ano de escolaridade. Isto permitiu também articular melhor a sequência pré-escolar/1.º ciclo.

Relativamente à transição do 1.º ciclo para o 2.º, aquilo que nos preocupa neste momento é a definição de critérios de avaliação que permitam identificar o conjunto de competências adquiridas em cada uma das áreas disciplinares. Estamos a falar da Língua Portuguesa, do Estudo do Meio, da Matemática e da área das Expressões. Porque acontece que os alunos transitam com uma avaliação global da qual não é possível deduzir as grandes limitações que esses alunos têm. E isso é essencial, quer para a constituição de turmas, quer para se poder fazer uma intervenção logo que são diagnosticadas dificuldades em certas áreas do currículo.

Dificuldades e Constrangimentos

O que gostaria de dizer sobre esta matéria corresponde mais a uma posição pessoal do que à do próprio Agrupamento.

No meu entender, há questões que são transversais e inerentes à profissão de docente. Uma das questões tem a ver com o elevado grau de autonomia em que se desenvolve a actividade docente dentro das escolas. No fundo, o professor, dentro da sua sala de aula, gere o currículo conforme entender, com aquelas limitações impostas pelo número de horas, e sobre essa forma de gerir o currículo, normalmente, não há prestação de contas a ninguém. Habitualmente, isso só acontece quando se verifica a emergência ou o acentuar de alguma disfuncionalidade. E, ao nível do 1.º ciclo, essa prestação de contas faz-se, normalmente, aos encarregados de educação.

Por outro lado, por razões que se prendem fundamentalmente com alguma tradição do que é o 1.º ciclo do ensino básico em Portugal, o trabalho dentro das salas de aula é desenvolvido de uma forma isolada, portanto, com pouca cooperação. Ao longo dos meus 23 anos de profissão e nos muitos sítios por onde tenho passado, verifico que não é habitual os docentes encontrarem-se em espaços de trabalho para discutirem as suas práticas pedagógicas.

Há uma situação em Portugal, que ocorre também no nosso Agrupamento, e que nos preocupa. Trata-se de um diferencial, nalguns casos assustador, entre o olhar do professor sobre as aprendizagens dos alunos, traduzido nos níveis e taxas de retenção, e os resultados da aferição externa, neste caso, das provas aferidas. Nós temos diferenciais que chegam a ser de 40 a 50%, o que não me parece que seja justificável. Os mecanismos de aferição externa põem em evidência que há um conjunto de competências que os alunos, supostamente, deveriam ter adquirido, mas que tal não aconteceu.

Nós assistimos em Portugal a dezasseis anos de investimento fortíssimo de muitos milhões de euros em formação contínua, e a verdade

é que isso não se traduziu em melhores resultados escolares. Não é possível encararmos a profissão de docente desta forma, em que fazemos formação profissional apenas porque precisamos de progredir na carreira. Isto deveria fazer-nos reflectir.

Outra das questões identificadas está relacionada com as próprias características das organizações profissionais, que Mintzberg estudou ao analisar as estruturas das organizações. Nas organizações profissionais, como as escolas ou os hospitais, onde a maior parte dos trabalhadores são profissionais altamente qualificados, aquilo a que muitas vezes se assiste é a mecanismos muito ténues de supervisão e de aferição da prestação, que no caso das escolas é a actividade docente. Há poucos mecanismos de monitorização do desenvolvimento dessa actividade. No caso português isso tem-se reflectido muito nos maus resultados escolares, principalmente se nos compararmos com outros países europeus. Cada vez que há um mecanismo de aferição, de supervisão da actividade docente, desenvolvido a nível da própria organização escolar ou imposto pelo Ministério da Educação, normalmente, isso provoca uma enorme resistência por parte dos docentes, que não querem, não têm por hábito falar ou mostrar as suas práticas educativas. Um bom exemplo é a actual avaliação de desempenho. Não estou a dizer que concordo com a avaliação de desempenho, mas veja-se a enorme resistência que provocou pelo facto de os professores terem aulas observadas. Isso parece-me que é um facto para reflectirmos.

Gostaria também de me referir ao nosso sistema educativo, que é um sistema centralizado, sendo certo que todos os sistemas educativos centralizados promovem uma resistência à inovação. Se fazemos aquilo que nos mandam fazer, então não nos pedem que sejamos inovadores. A inovação passa, fundamentalmente, ao nível das organizações escolares, por margens mais alargadas de autonomia por parte da escola. E, nesse pressuposto, a inovação faz-se quando se muda de paradigma de funcionamento, quando entramos em ruptura com uma prática e criamos um novo referencial para a nossa prática educativa. Assim, cada vez que estamos perante sistemas educativos centralizados,

onde as coisas são impostas de cima para baixo, normalmente, aquilo que temos é uma resistência à inovação.

Por último e voltando ao caso das Actividades de Enriquecimento Curricular, o que me parece é que o Ministério da Educação fez dessas actividades uma total subversão. Eu só vou ler aqui o que diz o Decreto-Lei n.º 6/2001, que é o único diploma que enquadra estas actividades: *“As escolas, no desenvolvimento do seu projecto educativo, devem proporcionar aos alunos actividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação” (artigo 9.º).*

Vejamos, então, o que o Ministério da Educação fez. Escolarizou as Actividades de Enriquecimento Curricular. Em vez de actividades lúdicas e culturais, passou a haver um programa. São actividades fundamentalmente lectivas e curriculares, não são actividades de enriquecimento do currículo. Mais, normalizou estas actividades. Ao diferenciar o tipo de financiamento em função da Actividade de Enriquecimento Curricular, aquilo que fez foi empurrar as autarquias para que a oferta fosse mais ou menos a mesma em todo o lado. E isso, de certo modo, matou a possibilidade de cada escola ou de cada Agrupamento adoptar uma outra forma de organização das Actividades de Enriquecimento Curricular. Fez ainda uma outra invenção, que foi transformar aquilo que era uma actividade curricular não disciplinar numa actividade de enriquecimento do currículo, ao retirar o estudo acompanhado do currículo, remetendo-o para as AEC.

E toda esta situação, o que é que originou? Que as crianças passassem a estar na escola oito a nove horas por dia em actividades dirigidas, das nove da manhã até perto das seis da tarde. No caso de Portel, os alunos entram às 9 da manhã, têm uma hora e meia de almoço (nós temos praticamente todos os alunos a almoçar nos refeitórios das

IPSS, portanto, fora do seu ambiente familiar), seguida de mais duas horas de actividades de enriquecimento do currículo.

Na minha opinião, isto é uma autêntica loucura que tem provocado grandes problemas ao nível da actividade de Inglês e da gestão de conflitos. Estas dificuldades advêm da excessiva carga horária a que os alunos são submetidos e da falta de competência que estes professores têm para gerir turmas de 1.º ciclo, algumas delas com os quatro anos de escolaridade. Trata-se de professores de 2.º e 3.º ciclo, muitos dos quais iniciaram a sua actividade profissional a leccionar Actividades de Enriquecimento Curricular. Portanto, temos tido resultados muito complicados do ponto de vista da gestão da disciplina. De tal forma que, relativamente ao Inglês, e nós já temos Inglês para os quatro anos de escolaridade desde 2005, os resultados negativos, ao nível do 5.º ano, se têm acentuado, o que é muito curioso.

A escola

A Escola Frei Luís de Sousa, antiga Escola n.º 49, integrada no Agrupamento de Escolas Delfim Santos, tem 210 alunos do 1.º ao 4.º ano, distribuídos por 10 turmas. Para além dos professores titulares de turma, fazem parte do seu corpo docente um professor de Educação Especial e um professor de Apoio Socioeducativo, que assegura, simultaneamente, o funcionamento do Centro de Recursos, em interacção com os professores titulares de turma, numa perspectiva de integração curricular.

Esta escola funciona com todas as turmas em horário normal, ou seja, das 9h00 às 12h00 e das 13h30 às 15h30. Depois dessa hora funcionam as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), entre as 15h45 e as 17h30, com carácter facultativo, embora sejam frequentadas pela esmagadora maioria dos alunos. Semanalmente, as AEC têm a seguinte frequência:

- Música – 2 vezes;
- Inglês – 3 vezes;
- Educação Física – 3 vezes;
- Educação Moral e Religiosa Católica – 1 vez, só para os meninos inscritos e como alternativa a um dos tempos da Música;
- Acompanhamento do Estudo – 2 vezes.

¹ Agrupamento de Escolas Delfim Santos

Além das AEC, existem ainda as chamadas Actividades de Apoio à Família, suportadas monetariamente pelos pais e geridas pela Associação de Pais, como forma de resposta aos encarregados de educação que não têm onde deixar os seus educandos, entre as 8h00 e as 9h00 e entre as 17h30 e as 19h30. Assim, temos um grande número de crianças que estão na escola desde as 8h00 até às 19h30.

Estas actividades estão organizadas, este ano, num programa estruturado e cuidado, onde a diversidade e a participação activa das crianças parecem estar presentes e onde, apesar de reacções negativas por parte de alguns pais, não há lugar para os «trabalhos de casa».

Tem havido alguma tentativa de interligação entre a Associação de Pais e a Escola, bem como entre os professores titulares das turmas e os das Actividades de Enriquecimento Curricular, no sentido de conjugar objectivos educativos e de encontrar estratégias comuns. No entanto, os programas das disciplinas das AEC têm vindo a deixar cada vez menos espaço à interacção com a escola.

A sala de aula

A organização curricular em regime de monodocência procura operacionalizar um dos princípios orientadores fundamentais da acção pedagógica, ou seja, assegurar que *“o desenvolvimento da acção escolar ao longo das idades abrangidas constitua uma oportunidade para que os alunos realizem experiências de aprendizagem activas, significativas, diversificadas, integradas e socializadoras que garantam efectivamente o direito ao sucesso escolar de cada aluno”*. (In *Organização Curricular e Programas do 1.º Ciclo do Ensino Básico*)

Com o Despacho n.º 19575/2006, de 25 de Setembro, do Ministério da Educação, que determina tempos semanais mínimos para cada disciplina no 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB), muitos Agrupamentos passaram a exigir um horário lectivo por disciplinas e obrigaram os professores do 1.º CEB à utilização do livro de ponto, à imagem do 2.º

e 3.º ciclos, onde se registam, hora a hora, os conteúdos disciplinares abordados. Em consequência, os professores passaram a organizar a sua agenda semanal de forma muito mais disciplinarizada, o que reenvia para um paradigma mecanicista da aprendizagem e para uma visão racionalista do ensino.

Contudo, há professores que continuam a preservar a especificidade do 1.º ciclo e a baterem-se pela integração curricular, facilitada pela monodocência. Exemplo disso são os professores do Movimento da Escola Moderna (MEM), entre os quais eu e outros professores desta Escola nos incluímos.

Uma perspectiva integradora da aprendizagem

Para os professores do MEM, a organização participada com os seus alunos é fundamental para a construção de uma comunidade de aprendizagem. Esse sistema de organização cooperada é constituído por cinco módulos de actividade:

1. Gestão participada do espaço, dos materiais e do currículo.
2. Trabalho de aprendizagem curricular por projectos cooperativos.
3. Circuitos de comunicação para difusão e partilha dos produtos culturais.
4. Trabalho autónomo na aula e acompanhamento individual.
5. Desenvolvimento da socialização em Conselho de Cooperação Educativa.

1. Gestão participada do espaço, dos materiais e do currículo

O cenário pedagógico é organizado por áreas de trabalho: Matemática, Escrita e Leitura (ligadas à Biblioteca da sala), experimentação em Ciências, Expressões e *placard* da organização, nas

quais os materiais estão ao alcance da livre utilização dos alunos. Este modo de organização implica uma gestão partilhada do espaço, dos recursos e dos materiais, traduzida num conjunto de responsabilidades assumidas e avaliadas semanalmente pelas crianças com o professor.

O contrato curricular completa a gestão comparticipada que se pretende instituir. Neste sentido, no início do ano são analisados, com os alunos, os programas curriculares, que ficam expostos sob a forma de mapas curriculares, para possibilitar a gestão e a avaliação participadas quotidianamente.

Cada aluno dispõe de uma cópia da referida lista de verificação, para monitoria e auto-regulação das suas aprendizagens.

O planeamento realizado semanalmente com os alunos é feito com base numa agenda, negociada com eles no início do ano, e que integra as várias áreas curriculares:

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
9h00	Avaliação do P.I.T.	Plano do dia	Plano do dia	Plano do dia	Plano do dia
9h30	Plano da semana	Apresentação de produções	Apresentação de produções	Apresentação de produções	Apresentação de produções
10h30	Plano do dia	Revisão de texto de um aluno em colectivo	Trabalho a partir do texto	Matemática colectiva: apresentação de problemas	Apresentação de um projecto
11h00	Tempo de Estudo Autónomo	Tempo de Estudo Autónomo – CR	Tempo de Estudo Autónomo	Tempo de Estudo Autónomo	Tempo de Estudo Autónomo
12h00	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO	ALMOÇO
13h30	Cálculo mental	Cálculo mental Matemática colectiva	Tempo de Projectos – CR	Trabalho de textos de outros autores	Reunião de Conselho: • Balanço da semana • Leitura da acta • Leitura e discussão do Diário de Turma
14h30	Matemática colectiva Tempo de projectos	Os livros e a leitura	Matemática colectiva	Escrita/ Jornal Correspondência	
15h30	Balanço do dia	Balanço do dia	Balanço do dia	Balanço do dia	Balanço do dia
15h45	Música	Acompanhamento do Estudo	Música / EMRC	Educação Física	Inglês
16h45	Inglês	Educação Física	Acompanhamento do Estudo	Inglês	Educação Física
17h30					

Os módulos de actividade da Agenda procuram integrar o conteúdo das unidades do currículo, de acordo com o despacho regulamentar n.º 19575/2006, de 25 de Setembro. Assim, recusando a disciplinarização no 1.º ciclo, fundamentámos os referidos módulos em termos das áreas curriculares que integram:

Língua Portuguesa (8 horas)	Matemática (7 horas)	Estudo do Meio (5 horas)
Trabalho de aperfeiçoamento de texto – revisão e reescrita	Matemática colectiva	Tempo de Projectos
Trabalho a partir do texto trabalhado	Cálculo mental	Apresentação de projectos
Escrita / Correspondência	Tempo de Estudo Autónomo	Tempo de Estudo Autónomo
Os livros e a leitura	Apresentação de produções	Apresentação de produções
Reunião de Conselho		
Tempo de Estudo Autónomo		
Apresentação de produções		

É segundo esta matriz que planificamos e avaliamos cada semana e cada dia, sempre com a participação dos alunos.

Toda a actividade do aluno ao longo da semana é orientada por um Plano Individual de Trabalho, que integra desde a sua responsabilidade até ao trabalho autónomo, o trabalho de projecto, bem como os momentos colectivos.

Plano Individual de Trabalho n.º ____

Nome: _____ Semana de __/__/__ a __/__/__

A minha tarefa:	Avaliação:
-----------------	------------

Código: **Fiz** no TEA Fichas de verificação Fiz fora do TEA Total de activi. da semana anterior

Tempo de Estudo Autónomo

O que penso fazer esta semana		N.º	O que fiz					Totais
Língua Portuguesa	Escrita de textos							
	Revisão de texto							
	Escrita no computador							
	Fichas de leitura							
	Manual de L. Portuguesa							
	Fichas de ortografia							
	Fichas funcionamento língua							
	Listas de palavras							
	Ditado a pares							
	Leituras							
	Correspondência							
Matemática	Fichas de problemas							
	Inventar problemas							
	Fichas de matemática							
	Fichas de operações							
	Estudar as tabuadas							
	Manual de Matemática							
	Corrigir trabalhos							
Estudo do Meio	Fichas dos projectos							
	Estudar a pares							
	Esquemas/ resumos							

Total de actividades previstas

Total de actividades realizadas

Esta semana tenho de trabalhar mais:

Em quê:	Como	Avaliação: dificuldades ainda sentidas

Apoios a outros colegas:

A quem	Em quê	Avaliação	A quem	Em quê	Avaliação

Projecto

Título do Projecto	Grupo	O que fiz	Avaliação

Trabalho colectivo

Momentos da semana	Conteúdos	Avaliação
Organização da semana		
Reunião de Conselho		
Apresentação de produções		
Cálculo mental		
Matemática colectiva		
Trabalho de texto		
Comunicação de projectos		
Os livros e a leitura		

Auto-avaliação:

Comentários dos colegas:

Comentários da professora:

Comentários dos pais:

2. Trabalho de aprendizagem curricular por projectos cooperativos

Os projectos são trabalhos realizados pelos alunos, escolhidos por estes a partir dos conteúdos curriculares.

Podem ser projectos de Estudo do Meio, de Matemática, de Escrita e Leitura ou de Expressões e ter um carácter de pesquisa, de investigação ou de intervenção no meio.

Os alunos organizam-se em grupos de dois ou de três elementos e vão gerindo o seu percurso através de registos reguladores de todo o processo. Têm como finalidade a comunicação à turma e a difusão dos seus produtos em diversos suportes.

Ao longo do processo pesquisam, consultando livros, fazendo observações, realizando entrevistas ou experiências, registam o que aprendem, organizam a informação recolhida, constroem materiais de apoio à comunicação à turma e, por fim, apresentam o seu projecto, não só ao grupo como aos pais ou a outras turmas.

Avaliam o processo, segundo critérios construídos por todos, da mesma forma que avaliam o produto em cooperação e numa perspectiva formadora. É nos momentos da apresentação, analisando-se o que correu menos bem, que se constroem e reconstroem os critérios de avaliação.

Cada um dos elementos da turma avalia o processo, o produto e a forma de apresentação do grupo que, com base no tratamento dos dados, regista a avaliação na tabela dos projectos exposta colectivamente:

Os nossos projectos – 1.º Período					
Temas	Grupos	Data de apresentação	Avaliação		
			Apresentação	Produto	Processo
Os reis de Portugal	António, Mariana e Andreia				
A Idade Média	Miguel, Bruno e Fábio				
A bandeira e o hino de Portugal	Tiago e Carolina				
A electricidade	Francisco e André				
Regras de prevenção e segurança	Frederico, Vítor e Filipe				
As rochas e os minerais	António, Diogo e Sebastião				
Os ossos	Mariana e Ana Simões				
Reconto de histórias tradicionais	Andreia e Carolina				
A qualidade do ar	Rita, Ana Lourenço e Leandro				
Experiências com os objectos	Cláudia e Raquel				

Por fim, elaboram fichas informativas que distribuem pelos colegas, para que todos se apropriem dos conteúdos estudados, e outras, que passam a integrar o ficheiro dos projectos.

3. Circuitos de comunicação para difusão e partilha dos produtos culturais

Num contexto que se pretende comunicativo, para que a aprendizagem tenha um sentido social, os produtos culturais, que procuram ser autênticos, têm, necessariamente, de ser divulgados. Assim, a instituição de circuitos de comunicação para difusão e partilha do que se vai construindo é uma componente fundamental deste sistema.

A elaboração desses produtos, como sejam jornais periódicos, livros, CD, materiais construídos no âmbito da correspondência interescolar, implica um trabalho intenso sobre a escrita, uma vez que a edição exige um olhar atento sobre a clareza e a correcção do que se divulga. Desta forma, os textos produzidos livremente, sem constrangimentos de expressão do pensamento, são posteriormente aperfeiçoados em colectivo ou a pares, não desvirtuando o significado que o autor lhe quis dar, mas procurando melhorar a legibilidade do conteúdo. Este trabalho árduo mas mobilizador, uma vez que implica um forte sentido social, constitui um processo rico de aprendizagens no domínio das várias componentes da Língua.

4. Trabalho autónomo na aula e acompanhamento individual

Um dos componentes mais significativo neste sistema de diferenciação pedagógica é o Trabalho de Estudo Autónomo (TEA) na aula, permitindo um acompanhamento individual por parte do professor aos alunos que dele mais precisam. Traduz-se na escolha de um conjunto de actividades (segundo quadro do PIT), por parte de cada um dos alunos, de entre aquelas que são percebidas por si, em interacção com a turma, como as mais necessárias para a sua progressão no currículo.

Sendo um momento privilegiado de diferenciação, permite a produção de vários tipos de trabalhos: fichas de treino e outros trabalhos que visam a construção de produtos culturais autênticos, nomeadamente,

a revisão de texto a pares (para publicar no jornal da sala, para a edição de livros, etc.), a escrita de cartas para os correspondentes e outros.

É ainda um tempo de interajuda (*peer tutoring*) e de cooperação.

Tudo o que se realiza vai sendo registado nos vários instrumentos de pilotagem do trabalho, para que possa ser permanentemente monitorizado.

A avaliação, como função reguladora das aprendizagens, está sempre presente ao longo do processo. Deste modo, o PIT é avaliado no final da semana segundo critérios construídos e reconstruídos em grupo pelo próprio, pelos colegas, pela professora e pelos pais. Posteriormente, esses vários pontos de vista são discutidos em Conselho de Cooperação Educativa, onde é reflectido o percurso de cada um e do grupo.

5. Desenvolvimento da socialização em Conselho de Cooperação Educativa

O Conselho de Cooperação Educativa é o órgão de planeamento e gestão cooperada por excelência. Traduzido na reunião de todos (professora e alunos) em torno da reflexão dos processos, constitui um tempo de regulação, de organização social e de tomada de decisões, *em sistema de participação democrática directa*.

Para além de ser realizado diariamente no início do trabalho, para planear o dia e apresentar produções, e no final do dia, para avaliar o trabalho realizado, os dois grandes momentos de Conselho ocorrem no início da semana, para o planeamento – a partir da avaliação dos Planos Individuais de Trabalho e do balanço da semana anterior – e à sexta-feira, onde, para além do referido balanço, se faz a leitura e a discussão do Diário de Turma (DT). A partir destas, elabora-se uma acta para registo das principais decisões tomadas.

Constituído por quatro colunas (“Gostamos”, “Não Gostamos”, “Queremos” e “Fizemos”), o DT é um instrumento privilegiado de análise do clima emocional do grupo. As ocorrências nele registadas livremente prendem-se com toda a vida da turma e atravessam mesmo questões da escola, implicando todos na procura conjunta de soluções, que vão constituindo as regras sociais de convivência. Todo este envolvimento promove o desenvolvimento sociomoral dos alunos e assegura a democraticidade dos processos.

O 1.º CEB em contexto de Agrupamento

Apesar de ser possível esta organização cooperada na sala de aula, na actual conjuntura, a verdade é que muitos obstáculos se colocam aos professores do 1.º CEB na estrutura de Agrupamento, nomeadamente quando os pequenos poderes, exacerbando as suas funções, impõem modos rígidos, uniformizados e massificadores de gestão curricular e de avaliação. A situação de Agrupamento impôs uma cultura “licearizada” ao 1.º ciclo, sem respeito pelas suas referências histórico-culturais e de monodocência, que teve como consequência os seguintes constrangimentos:

- massificação da cultura de escola através da burocratização e uniformização de procedimentos a todos os níveis de ensino na direcção e gestão dos Agrupamentos;
- imposição da disciplinarização do 1.º CEB, ou seja, a sobreposição da cultura dos 2.º e 3.º ciclos a uma abordagem globalizante que o caracteriza;
- alteração frequente da organização curricular e das regras de avaliação qualitativa e descritiva (características do 1.º ciclo), passando a impor-se formas de notação que retiram informação à comunicação da avaliação, quer para os alunos quer para as famílias.

Este é, efectivamente, um momento de risco para o 1.º ciclo do Ensino Básico. Reitero, portanto, o que já afirmei noutros contextos: por detrás de todas estas medidas, para além de um enorme desconhecimento do 1.º ciclo e dos fundamentos que sustentam a sua organização curricular, está também um equívoco conceptual generalizado que confunde classificação e avaliação, critérios de avaliação e percentagens, identidade de escola e massificação uniformizadora.

Urge, portanto, uma reflexão profunda sobre as consequências destas medidas para o 1.º CEB e o empobrecimento da qualidade educativa a que conduzem.

Debate

Jorge Ferreira – Sou professor do 1.º ciclo há mais de dez anos e encontro-me a realizar um doutoramento na Universidade do Minho sobre a reorganização escolar no seio de Agrupamentos de escolas situadas em meios rurais, sobretudo em regiões onde a reorganização da rede escolar se fez mais sentir. Para quem estiver interessado em conhecer alguns resultados do meu trabalho, no fim do seminário posso facultar algum material que já elaborei.

A minha dupla experiência, como docente e como investigador nos locais de intervenção, que são fundamentalmente quatro Agrupamentos, leva-me a considerar que as Actividades de Enriquecimento Curricular são uma consequência directa da reestruturação da rede escolar. Uma vez que muitas crianças viram as suas escolas encerradas e foram integradas noutros grupos, houve necessidade de gerir melhor o respectivo tempo escolar. De uma maneira geral, a integração dessas crianças nas referidas actividades foi francamente boa. No entanto, detecta-se alguma fadiga decorrente da permanência na escola das 9h00 até cerca das 17h30.

Eu perguntaria aos membros da mesa se também detectam esse cansaço, que estratégias utilizam para motivar os discentes do 1.º ciclo e, por fim, se essa fadiga será um indicador para repensarmos se esta organização do tempo escolar será a mais adequada.

Rita Magrinho (Conselho Nacional de Educação) – Não sendo professora do 1.º ciclo, também partilho a ideia, já aqui expressa, de que as escolas do 1.º ciclo são a primeira grande semente do trabalho educativo e, por isso, deviam ser valorizadas, mas infelizmente não o são.

Enquanto membro do Conselho Nacional de Educação, gostaria de colocar algumas questões aos intervenientes, aos quais agradeço, desde já, as experiências que nos trouxeram e, sobretudo, a preocupação de fazerem o que é possível junto dos vossos alunos e, muitas vezes, o impossível, com os meios de que dispõem.

Gostaria de saber se será viável ter mais informação sobre o tipo de apoio que é prestado aos alunos pelo professor de apoio socioeducativo.

Aproveitando o privilégio de termos aqui uma escola com um contrato de autonomia celebrado na sequência da experiência desenvolvida desde 1992, gostaria de saber quais as limitações que o contrato de autonomia tem actualmente. Tanto quanto pude perceber, esse contrato não possibilita uma total autonomia, nomeadamente no que se refere às Actividades de Enriquecimento Curricular. Seria também importante saber como é que a escola ou o Agrupamento com contrato de autonomia vai obter fundos, designadamente para poder contratar professores.

Fiquei com a ideia de que os alunos do Agrupamento da Damaia, quando vão para as Actividades de Enriquecimento Curricular, pelo menos alguns deles, não mantêm as turmas de origem e gostava de perceber porque é que isso acontece.

Por último, gostava de ter uma ideia de como é feita a articulação do trabalho curricular com as Actividades de Enriquecimento Curricular. Como se faz, em que tempos e, sobretudo, com que perspectivas de intervenção da parte curricular.

Elisabete Oliveira (Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Lisboa) – Devido à minha actividade de investigação, de leccionação, etc., interesse-me nomeadamente pela Educação Visual e Estética, entre outras expressões do âmbito artístico. E, relativamente ao que foi apresentado, vejo aqui uma grande oscilação. Pareceu-me que em Arga e Lima dão cinco horas por semana às expressões do currículo (Visual, Música, Drama). No entanto, noutro extremo, vejo que a Damaia não contempla no currículo senão Língua Portuguesa, Matemática e Meio Físico, o que significa que a Educação pela Arte e a Música só aparecem nas Actividades de Enriquecimento Curricular.

Esta oscilação, esta ambiguidade parecem-me extremamente perigosas. E sobre isto sou também portadora da posição do Professor

Domingos Morais, da Escola Superior de Teatro e Cinema e da Associação de Professores de Drama, instituições que vêm com extrema preocupação a crescente falta de lugar das Expressões. O Drama e a Música nem sequer têm entrada e quando a têm é com alguma reserva. Há um ano ou dois requisitaram todos os professores que nós tínhamos formado na Escola Superior de Teatro e Cinema, onde eu também colaborei. Todos encontraram trabalho, mas com horários condicionados. Não podem ter horários completos porque não se criam quadros.

Fundamentalmente, o que eu vejo aqui é um perigo muitíssimo grave de desalojar do currículo todas as Expressões e passá-las para a área das Actividades de Enriquecimento Curricular, que pode ser facultativa, onde os alunos estão cansados, etc.

Num momento em que o visual está a ter a importância que tem nos *media*, em que temos a IKEA e todos esses meios profissionais a precisarem de *design* de arquitectura e com tanta necessidade de formação e de expressão, penso que é realmente triste e lamentável.

Foi para mim muito satisfatório verificar, hoje de manhã, através dos exemplos apresentados pelos vários países, que todos eles dão um amplo lugar às Expressões no currículo.

Isabel Brites (Associação Portuguesa de Professores de Inglês) – Tenho duas questões. A primeira, dirigida ao professor Luís Ribeiro, refere-se às Actividades de Enriquecimento Curricular e, nomeadamente, ao que aqui foi dito relativamente ao Inglês, que é a actividade que tem mais tempo de existência. E se calhar também por isso, o seu comentário tão negativo e que nos entristece. Mas reconhecemos que em muitos sítios, aquilo que nós entendemos que deveria ser a sensibilização para uma língua estrangeira no 1.º ciclo – o prazer de aprender desde muito cedo uma segunda língua – rapidamente se transforma no desprazer e na desmotivação.

Gostava de saber, uma vez que tem consciência do que se está a passar, o que está a ser feito na escola em termos de articulação

horizontal. Parece-me que se calhar poderá haver falhas, nomeadamente porque referiu que, em termos das atitudes dos alunos, há comportamentos destrutivos, negativos. Portanto, que articulações estão a ser feitas, o que estão a prever para colmatar esse problema e o que tem sido feito em termos de formação dos professores (e não animadores) das Actividades de Enriquecimento Curricular.

A minha outra questão vai para a professora Inácia Santana e é uma curiosidade minha. Depois de ter visto a forma interessantíssima como trabalham, as metodologias que utilizam, centradas numa pedagogia pela autonomia, como é que depois é feita a transição para o 2.º ciclo? O que acontece a estes meninos quando chegam ao 2.º ciclo?

Belisanda Tafoi (Agrupamento de Escolas da Damaia)
– Relativamente à questão que me colocou sobre a Damaia não contemplar as artes, se calhar eu passei uma imagem errada. Mas não é isso que acontece. A Damaia tem o normativo, tem as Artes, e muitas vezes prolonga qualquer das áreas para além daquilo que está previsto no normativo. E como já foi dito pela Inácia, na realidade, o conjunto das expressões não corresponde às cinco horas, mas sim a duas horas e meia.

A actividade que apareceu na apresentação em *Powerpoint* era de enriquecimento curricular, as actividades curriculares não foram referidas. Efectivamente, no enriquecimento curricular, nós temos muitas áreas: Educação pela Arte, Actividade Física Desportiva, actividades lúdico-criativas no âmbito do Plano Nacional de Leitura (que também é desenvolvido pelo professor da turma), Educação Plástica, Educação para a Cidadania. Elas existem no currículo e também fora do currículo.

Os alunos que estão na escola em horário normal continuam a ter todas estas actividades. Para os alunos que estão em regime duplo, as actividades funcionam também em voluntariado e não abrangem todos os alunos. Logicamente, não nos parecia muito correcto que as Expressões ou qualquer outra área não estivessem englobadas no currículo.

O tipo de apoio que os professores de apoio socioeducativo prestam nas nossas escolas é variado. Nós gostaríamos que eles efectivamente prestassem o apoio para que foram contratados, que é trabalhar com os alunos com dificuldades. Nem sempre isso acontece porque existem muitas faltas de docentes que têm de ser cobertas. E quando a legislação não permite que os professores sejam substituídos, é o professor de apoio socioeducativo, como vocês muito bem sabem, que avança para que aqueles alunos não sejam distribuídos pelos restantes colegas e desenvolve, portanto, a actividade dentro da sua turma.

De qualquer modo, posso dizer-vos que temos vários cenários:

- temos uma professora de apoio socioeducativo que substitui três vezes por semana uma colega que, para além da turma e da coordenação de escola, também está a fazer a formação do Plano Nacional de Ensino do Português (PNEP);
- temos outras professoras de apoio socioeducativo sem horário completo que apoiam alunos numa escola e depois vão para uma outra promover actividades lúdico-criativas, no âmbito do Plano Nacional de Leitura, integradas nas Actividades de Enriquecimento Curricular;
- temos ainda colegas de apoio socioeducativo que trabalham com alunos que precisam de um apoio extra, de acordo com aquilo que é planificado com o professor titular da turma, sempre que possível dentro da turma ou numa salinha à parte, mesmo junto das salas de aula.

Os alunos não mantêm as turmas de origem nas Actividades de Enriquecimento Curricular, na escola que está em regime duplo, porque os alunos da manhã têm essas actividades à tarde e os da tarde têm de manhã e a única possibilidade que há é juntar as turmas duas a duas, por anos de escolaridade.

Luís Ribeiro (Agrupamento Vertical de Portel) – Podemos começar já pelo Inglês. A partir do momento em que passámos a ter as Actividades de Enriquecimento Curricular que não eram promovidas pelo Agrupamento, a nossa preocupação foi exactamente dar formação a esses profissionais.

A nossa articulação com a Câmara Municipal é muito estreita. Por isso, participámos no recrutamento desses professores de Inglês. Depois, a preocupação foi contactar a Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), para nos fazer formação acreditada a professores que iam exercer pela primeira vez no 1.º ciclo. Portanto, receberam formação promovida pela APPI e desenvolvida sempre em Portel.

Embora os professores possam fazer formação onde entenderem, nós, autonomamente, desenvolveremos sempre um plano de formação centrado na escola.

Procurámos fazer a ligação do ponto de vista horizontal com a presença do professor do 1.º ciclo na aula de Inglês, fundamentalmente para tentar diminuir o ruído que se estava a criar na relação entre o professor e os alunos.

Do ponto de vista vertical, aquilo que procurámos fazer foi enquadrar os professores com o próprio coordenador do departamento de Línguas, através de reuniões regulares com esses professores.

Nós só estamos à frente da gestão desde Janeiro, mas sabemos, à partida, que muitos professores do 1.º ciclo, embora estando na escola, não estão dentro da sala de aula. Portanto, o papel de mediação que poderia ser desempenhado por eles nas aulas de Inglês, nalguns casos não o é.

Por outro lado, o próprio enquadramento vertical também não se tem traduzido num aumento da qualidade do serviço prestado. Portanto, é uma questão sobre a qual vamos ter de reflectir agora em Julho e tentar

encontrar alternativas para o próximo ano. Não sou capaz de dizer mais nada a não ser isto mesmo.

Em relação à questão das actividades de enriquecimento posta pelo colega Jorge Ferreira, gostaria de explicar que no nosso caso foi uma opção do Agrupamento, não nos foi imposta. Nós considerámos que a oferta que fazíamos era à família, eu quis deixar isso explícito. Não foi uma actividade a pensar no benefício dos alunos.

Nós achamos que num meio rural como é o caso do Agrupamento de Portel não faz muito sentido estar a dar mais actividades dentro da escola. Eu próprio passei a minha infância num meio rural e sei como era importante podermos brincar e como esse espaço é fundamental. Tenho filhas e a que está no 1.º ciclo odeia as Actividades de Enriquecimento Curricular. Ela tem TIC, Inglês e uma outra e odeia as três porque o que ela quer é brincar, não quer ter mais aulas.

Por essa razão é que nós oferecíamos umas actividades que eram soltas, lúdicas, porque achámos que isso é que era interessante. A verdade é que tínhamos os alunos muitas vezes até às 18h00 e quando os pais os iam buscar eles não queriam sair de lá, queriam continuar na escola. No fundo, a escola transformou-se num espaço lúdico de brincadeira.

A partir do momento em que foram introduzidas Actividades de Enriquecimento Curricular, isso alterou-se e, para nós, esta intervenção foi um desastre total. Aquilo que eu continuo a sentir é que se trata de escolarização, na acepção mais negativa desta expressão, de uma actividade que deveria ser fundamentalmente lúdica. Portanto, acho que é terrível.

Sobre a questão posta pela colega Elisabete Oliveira, relativamente às áreas de Expressão, eu diria que, no nosso caso, se tratou efectivamente de empurrar a Educação Musical e a Educação Física para fora do currículo. E aquela que já era uma prática pouco consistente dos docentes do 1.º ciclo relativamente às Expressões (na maior parte das

vezes pouco sistematizada, tocada assim muito ao de leve), agora é claramente remetida para as Actividades de Enriquecimento Curricular.

O contrato de autonomia divide-se em vários grupos, digamos assim. Um deles tem a ver com objectivos de natureza operacional que foram negociados com o Ministério da Educação. Alguns desses objectivos são difíceis de atingir, como por exemplo o do diferencial de 5% entre a avaliação interna e externa. Para além destes objectivos operacionais, temos compromissos de ambas as partes, do Ministério da Educação e da própria escola. Temos, portanto, a possibilidade de reorganizar os órgãos de administração e gestão. Neste momento, estamos à espera que a Direcção Regional se pronuncie sobre a nossa proposta de regulamento interno.

A escola pode definir modelos alternativos de horário escolar. Isto significa que podemos estabelecer os tempos destinados às Actividades de Enriquecimento Curricular, complemento pedagógico e de ocupação de tempos livres. A partir do momento em que temos essa competência no Agrupamento, ela não é da Ministra da Educação nem é do Director Regional de Educação, é do órgão de gestão e do conselho pedagógico. Isto significa que temos a competência para organizar as Actividades de Enriquecimento Curricular, mas ainda não chegámos a essa fase de discussão dentro do Agrupamento.

António Joaquim Rodrigues (Agrupamento de Escolas de Arga e Lima) – O Agrupamento de Arga e Lima resulta de uma reorganização da rede escolar que passou pela extinção de escolas dispersas e com reduzida frequência de alunos. Uma das extintas tinha apenas cinco alunos nos quatro anos de escolaridade. Nestas situações há sempre alguma resistência das populações em aceitar o encerramento de uma EB1. Provavelmente, isto terá a ver com o facto de, no meio rural, a escola ser um dos locais de referência da freguesia.

Mas temos de ir propondo e aceitando as extinções das escolas de uma forma progressiva, fazendo ver às populações quais as vantagens, embora também possa haver desvantagens. A vantagem de extinguir uma

escola com cinco alunos é que eles passam para um Centro em que o grau de socialização é muito maior.

Em relação aos alunos que frequentam as Actividades de Enriquecimento Curricular, os colegas do nosso Agrupamento queixam-se de que há realmente fadiga. Nós temos situações em que a Junta de Freguesia vai de lugar em lugar recolher os alunos, leva-os a um ponto de concentração para depois serem transportados num autocarro para o Centro Escolar. Dada a distância a que se encontram as freguesias, isto significa que, no mínimo, as crianças têm de se levantar por volta das 07h30 e só regressam a casa por volta das 19h00. Para além da fadiga, isto gera também um problema de indisciplina. Os colegas do 1.º ciclo notam que há uma maior agitação, embora não tenhamos casos muito graves.

As actividades extracurriculares têm de se realizar na escola, visto que nas freguesias rurais não há espaços alternativos. No entanto, sempre que eles existem, nós procuramos utilizá-los. Temos, por exemplo, o caso da actividade física e desportiva dos nossos alunos, apoiada pela Câmara de Viana do Castelo, a maior parte da qual é feita na piscina. Portanto, há sempre um autocarro a fazer o transporte das crianças das EB1 para as piscinas.

No Agrupamento de Arga e Lima, os professores de apoio socioeducativo têm horário completo. Os três professores de apoio não chegam para apoiar os 56 alunos que nos foram indicados pelos colegas das EB1. Dada a dispersão do Agrupamento (se eu quisesse percorrer todas as escolas do Agrupamento num dia provavelmente faria à volta de cem quilómetros), tivemos de distribuir os três professores de apoio socioeducativo por zonas. Foi, também, feita uma seriação dos alunos sinalizados, com base em critérios aprovados em Conselho de Docentes, de forma a apoiar apenas os mais necessitados, deixando em aberto a possibilidade de, ao longo do ano, vir a apoiar outros, sempre que os primeiros tenham uma recuperação significativa e possam deixar de ter

apoio. No nosso Agrupamento, os professores de apoio socioeducativo também fazem substituições quando necessário.

Os monitores das Actividades de Enriquecimento Curricular são colocados pelas entidades promotoras, as quais, por sermos um Agrupamento intermunicipal, são as câmaras municipais de Viana de Castelo e de Ponte de Lima. As câmaras têm várias parcerias com academias de música e clubes recreativos. No entanto, a Câmara de Viana, quando há a possibilidade de atribuir algumas horas, pergunta-nos se temos algum colega do 2.º ou 3.º ciclos com horário incompleto.

Relativamente ao Inglês, o Conselho Executivo teve a preocupação de reunir os monitores dessa Actividade de Enriquecimento Curricular, que são todos licenciados na área, com o departamento de Línguas Estrangeiras da EB2,3 de Lanheses, para definir as melhores formas de abordar esta actividade com as crianças.

A articulação do currículo com o enriquecimento curricular tem-se verificado em várias actividades de Artes Plásticas, de Música e de Expressão Dramática, que complementam o Estudo do Meio ou a Língua Portuguesa, especialmente na organização de alguns eventos ligados ao Natal ou ao Carnaval. As cinco horas dedicadas às Expressões ainda não saíram do currículo. Mas, na realidade, passa-se o mesmo que em Portel – a área das Expressões, ao ser abordada nas Actividades de Enriquecimento Curricular, perdeu importância na parte curricular. Até porque os professores das Expressões, por serem licenciados naquelas áreas, têm uma forma de as abordar que a maior parte dos colegas do 1.º ciclo, com uma formação mais generalista, não conseguiria ter.

Inácia Santana (Agrupamento de Escolas Delfim Santos) – Quanto ao tipo de acção dos professores de apoio socioeducativo, na minha escola, a professora só dedica dois meios dias à minha turma, porque a escola tem bastantes crianças com necessidades educativas. No projecto curricular de escola, o que se pretende é que este professor esteja efectivamente no centro de recursos, onde pode apoiar determinados meninos, a pedido do professor da turma. O objectivo é que ele tente

fazer uma outra abordagem dos conteúdos do currículo, nomeadamente através das tecnologias e de outros recursos aí existentes. Mas o tipo de abordagem depende sempre muito do professor titular da turma. Essas coisas são muito contingentes, apesar de se falarem e de se reflectirem nos conselhos de docentes. No caso da minha turma, tentei que coincidisse uma vez com o tempo de estudo autónomo e outra com o tempo do trabalho de projectos. Portanto, os alunos deslocam-se lá segundo as necessidades dos grupos de trabalho, para fazer pesquisas na Internet, etc., se é durante o tempo de projectos. Se é durante o tempo de estudo autónomo, muitas vezes é para rentabilizar os computadores, tendo em conta que na sala só temos um computador pré-histórico e o meu, quando o levo. Normalmente, o professor de apoio socioeducativo não faz substituições, porque isso ia causar um grande transtorno. Essa foi uma opção mesmo ao nível do Agrupamento. Portanto, quando algum professor falta, os meninos são distribuídos pelas turmas.

Nas Actividades de Enriquecimento Curricular há um grande cansaço. Nas reuniões de pais, a queixa de que os meninos estão muito cansados é recorrente, mas os próprios pais não têm alternativa, porque os filhos têm de ficar na escola.

Os professores têm uma hora de supervisão na escola, mas é apenas para regular eventuais problemas decorrentes das AEC. Ficam na sala dos professores e se necessário deslocam-se a alguma das salas. A articulação é feita em reuniões periódicas, em que os professores das AEC ficam para além do horário lectivo sem que esse tempo lhes seja pago. Nessas reuniões abordam-se os problemas emergentes, a maior parte dos quais são disciplinares, como o Luís já referiu. Pelo menos na minha turma, muitas das queixas são essas. Aliás, o diário de turma, muitas vezes, reflecte os problemas das AEC e eu acabo por ser o elemento mediador, porque os professores não podem estar nas reuniões de conselho de turma e nós temos como regra que não podemos falar das pessoas que não estão presentes. Mas muitos dos problemas que surgem nas AEC resultam do desconhecimento por parte dos respectivos professores da forma como as turmas funcionam na parte curricular. Por

isso, há alguma informação que tem sido passada no sentido de esses professores se adaptarem às turmas, mas eles, coitados, têm muitas turmas.

A articulação com a parte curricular não é fácil. Por exemplo, lembro-me que a certa altura fomos ao Museu da Música, onde houve uma abordagem muito interessante aos compositores que poderia ter continuidade na actividade de Música e eu falei com o professor de Música, mas depois percebi que, como os alunos se portaram mal, o professor pô-los a escrever uma redacção sobre os compositores.

Este ano fomos à ópera ver *A Flauta Mágica*, ao São Carlos, e houve uma nova tentativa de articulação. Mas a empresa que os contrata tem um programa que eles têm de cumprir. Agora, na festa de final de ano, lá conseguimos uma organização conjunta, mas a articulação não é fácil.

Em matéria de transição de ciclos, aquilo que muitas vezes é feito é uma visita à escola do 2.º ciclo. O que os meninos percebem é que no 2.º ciclo vão ter muitos professores, tal como têm agora nas Actividades de Enriquecimento Curricular, e que vão ter de se adaptar a professores diferentes. Alguns deles já sabem que não podem participar tanto como gostam de participar, etc. Isto são as contingências, mas eles adaptam-se. Aliás, se calhar têm maior capacidade de adaptação que os outros meninos.

Helena Arcanjo (Sindicato dos Professores da Região Centro)
– Numa primeira nota gostaria de dizer que o movimento sindical, sobretudo a FENPROF, está muito preocupado com este modelo das Actividades de Enriquecimento Curricular.

Uma das críticas a ressaltar é que a inclusão da iniciação à língua estrangeira no currículo, neste caso o Inglês, foi uma oportunidade perdida. Como também já foi referido, há um perigo iminente de privatização do currículo que decorre da deslocação de algumas áreas para fora do currículo que, não sendo de frequência obrigatória, não

serão para todos os alunos. Por outro lado, o aparecimento de empresas, algumas de dimensão nacional, que estão a “tomar conta” das áreas de Actividade de Enriquecimento Curricular, apesar do despacho saído recentemente prever um maior controlo por parte do Ministério da Educação, poderá provocar algum choque em matéria de controlo dos profissionais que trabalham para essas empresas, da actividade pedagógica, dos materiais, etc., etc.

Daquilo que aqui foi dito, uma das preocupações que ressalta tem a ver com o acumular de tarefas na componente não lectiva por parte dos professores. Não apenas aquelas que já decorriam da reorganização curricular, mas também as tarefas que decorrem da supervisão, coordenação, etc., que o Ministério vai acrescentar. Neste contexto, pouco tempo sobra para aquilo que é essencial na escola, que é preparar, planificar, avaliar as actividades, partilhar, etc., etc. Gostaria, portanto, de perguntar à mesa se isto é, de facto, uma preocupação sentida por parte dos professores.

Passados três anos sobre o início das Actividades de Enriquecimento Curricular, eu perguntaria às escolas se já reflectiram sobre isto ou se têm a preocupação de incluir nas competências à saída do 1.º ciclo as que são adquiridas nas Actividades de Enriquecimento Curricular. Sentem que os alunos têm o currículo mais enriquecido, ou não?

Como é que vêm esta obrigatoriedade, prevista no despacho, dos pais terem de assumir o compromisso de honra de frequência das Actividades de Enriquecimento Curricular pelos filhos?

Zélia Nunes (Conselho Nacional de Educação) – Embora não sendo professora do 1.º ciclo, queria começar por dar um esclarecimento e depois colocar três questões.

Em relação à área curricular das Expressões, como a designação o indica, é uma área curricular e portanto é obrigatória para todos os alunos. As Actividades de Enriquecimento Curricular são opcionais e, portanto, só para alguns alunos, independentemente de se pretender

generalizar o processo de enriquecimento do currículo, que, nalguns casos, está a ser esvaziado.

A minha especialidade está relacionada com uma destas matérias, que é a Educação Física. Eu recordo que existe um programa de Educação ou Expressão Físico-motora, ou vice-versa, e existe também um programa de Actividade Física e Desportiva. São duas coisas diferentes, pretendia-se que uma enriquecesse a outra.

Nesta sequência, as minhas perguntas a estas quatro escolas são as seguintes:

- Têm dado nota ao Ministério de que existe aqui uma dificuldade de lógica e de prática?
- Conseguem, através do próprio Conselho de Acompanhamento, fazer chegar algum balanço destas Actividades de Enriquecimento Curricular ao Ministério da Educação?
- Terá o Ministério da Educação dados de várias escolas do país?
- Poderá um aluno nas vossas escolas ou noutras escolas do país passar pelo 1.º ciclo sem ter Educação Física ou Música?
- Caso tenham tido experiência de coadjuvação na área das Expressões, que balanço fazem dessa experiência? Foi mais positiva que a das AEC? Apontam algum cenário alternativo, no sentido de não empobrecer o currículo, porque acho que é um pouco isso que está em causa?

Há pouco falava-se de alguma agitação dos alunos relacionada com esta oferta. Isso terá algo a ver com o facto de não existir aquilo que eu poderia chamar o TPB (tempo para brincar), ou mesmo com a forma como os intervalos estão colocados no tempo dos alunos?

Um participante – Eu comecei a trabalhar como professor do 1.º ciclo em 1971, mas há mais de vinte anos que sou professor numa

Escola Superior de Educação, onde estou directamente ligado à formação de professores do 1.º ciclo e não só.

Há um aspecto que não foi aqui abordado mas que poderia dar alguns dados para equacionar a organização curricular ou das actividades do 1.º ciclo, que é o da diversidade de formação dos professores.

Globalmente, posso dizer que contactei ao longo de toda a minha vida com três lógicas diferentes de formação de professores. A primeira, aquela na qual me formei, a do professor generalista, que nós conhecemos e que foi predominando até aos tempos actuais. Nas duas últimas décadas, formou-se um outro tipo de professores, os chamados professores com bivalências, quer com a educação de infância, quer com o 2.º ciclo. Um terceiro modelo que já está na lei é o de um professor generalista, ou quase, capaz até de levar os alunos do 1.º ao 6.º ano. Portanto, estas coisas podem “baralhar” tudo o que estamos aqui a dizer em relação à organização das actividades no 1.º ciclo.

Sem querer entrar nesta questão do novo perfil do professor que está para ser formado, só em relação à actualidade, há pelo menos um aspecto que aqui poderia ser demonstrado.

Nesse sentido, eu gostaria de saber dos Agrupamentos aqui presentes se se confrontaram com professores do 1.º ciclo com formação para uma variante do 2.º ciclo (Educação Visual e Tecnológica, Educação Física, Inglês...), se aproveitaram as potencialidades que esses professores têm para as Actividades de Enriquecimento ou se eles apenas foram aproveitados como professores do 1.º ciclo, apesar de terem essa diversidade de formação.

A questão é: se se confrontaram com essa situação, se a consideraram enriquecedora ou se entendem que isso não tem sequer interesse para a discussão.

Luís Ribeiro (Agrupamento Vertical de Portel) – A questão da frequência das Actividades de Enriquecimento Curricular obrigar a um

compromisso de honra não é absolutamente indiferente, porque isto pode ter reflexos negativos do ponto de vista do financiamento para as autarquias. Agora, do ponto de vista das escolas e daquilo que me preocupa, é-me absolutamente indiferente se há mais ou menos alunos. O importante era que a prática dessas Actividades de Enriquecimento Curricular fosse efectivamente enriquecedora para os alunos, mas na maior parte das vezes é penalizadora.

Por essa razão e por aquilo que já explicitiei na apresentação, sou totalmente contrário a que haja competências ao nível das Actividades de Enriquecimento Curricular. Estas actividades são eminentemente lúdicas e culturais – estou a reportar-me ao decreto-lei – e, como tal, não é suposto, na minha opinião, que sejam promotoras da aquisição de competências mensuráveis. Nós, quando vamos ao cinema, quando vamos ao teatro, quando ouvimos música, estamos a fazer aquisições, estamos a formarmo-nos, estamos a ser cidadãos mais completos, mas não temos de estar a medir o nível de competências que adquirimos. Sou totalmente contrário a isso.

Em relação às actividades de complemento curricular, o balanço é feito todos os anos para a Direcção Regional, mas a partir daí não se sabe nada mais. Mas, para ser sincero, também não estou muito interessado em saber.

É perfeitamente possível que os alunos do 1.º ciclo e da educação pré-escolar passem esse período todo sem algumas áreas do currículo. Aliás, por isso é que eu fiz alguns comentários em relação à prática docente. Estou-me a lembrar, por exemplo, quando nós introduzimos as TIC e pusemos um computador com ligação à Internet na sala de aula, com um investimento elevadíssimo, uma das primeiras reacções de alguns professores foi muito interessante. Telefonaram para o Agrupamento dizendo “mas eu não quero computadores, eu não pedi computadores e agora vocês puseram-me cá computadores...”.

As minhas duas filhas passaram pelo 1.º ciclo praticamente sem tocarem num computador, o que não foi muito mau porque tinham

computador em casa e ganharam as competências aí. Agora, do ponto de vista de uma escola que deveria ser uma promotora de igualdade, é muito triste, não é?

António Joaquim Rodrigues (Agrupamento de Escolas de Arga e Lima) – Claro que os professores do 1.º ciclo se preocupam com a sobrecarga de tarefas. No meu Agrupamento, estão sempre a manifestá-lo.

O compromisso de frequência das actividades de complemento curricular vem no despacho. Mas, no Agrupamento de Arga e Lima, de há dois anos a esta parte, já pedíamos aos pais que assinassem o compromisso, embora não fossem obrigados a ter os filhos nas actividades extracurriculares. No entanto, achámos que por respeito a quem trabalha, aos monitores, deveria haver algum compromisso voluntário sobre essa matéria.

No nosso Agrupamento temos colegas que estão a dar aulas no 1.º ciclo que são licenciados na área do Português-Francês, Português-Ingês e alguns de Educação Física. Em anos anteriores, tivemos colegas que davam aulas no 1.º ciclo e também davam as actividades de complemento curricular de Ingês e de Educação Física. Neste momento não há qualquer situação destas.

Também tentámos propor o Francês como actividade de enriquecimento curricular, porque se trata de uma zona de forte emigração para França mas, por incrível que pareça, os pais não estão muito receptivos a esta actividade.

Inácia Santana (Agrupamento de Escolas Delfim Santos) – O compromisso não é necessário porque os pais precisam que os meninos estejam na escola. Estou a falar da minha escola, como é evidente. Eles próprios percebem que é uma situação de recurso mas não têm alternativa. Portanto, sendo opcional acaba por ser quase obrigatório porque os meninos, quer queiram quer não, acabam por frequentar as AEC. Naquele meio, para alguns deles, a alternativa é a rua. E, portanto, do mal o menos.

Eu estou de acordo com o Luís, é evidente que os meninos aprendem com as AEC, tal como aprendem em situações informais, aprendem sempre, sobretudo quando gostam. Por exemplo, tenho um aluno que gosta imenso de Inglês e aprendeu muitas coisas nessa actividade. Um dia veio todo contente dizer que já tinha lido um livro em Inglês. Ou seja, os meninos, desde que queiram, aprendem. Essa é a questão.

A organização das Actividades de Enriquecimento Curricular está longe de ser a melhor. Muitos dos que aí trabalham são professores do 1.º ciclo, acabados de sair da escola de formação inicial, porque esse é o único emprego que têm, quando lhes pagam. Alguns são monitores, nem sequer são professores, outros são psicólogos e estão a dar Música. Portanto, temos a maior diversidade.

Claro que fazemos chegar o relatório anual à DRE. Mas eu aqui faço um apelo ao Conselho Nacional de Educação, de que a Zélia também é conselheira, para mostrar a contradição que é este despacho que obriga a todas estas horas curriculares e não deixa espaço para mais nada.

Embora o currículo do 1.º ciclo integrasse também as Expressões, a maior parte das vezes, tínhamos Português, Matemática e Estudo do Meio. Portanto, esse problema não é de agora.

Belisanda Tafoi (Agrupamento de Escolas da Damaia) – Não me vou repetir porque muitas das coisas que foram ditas pelos meus colegas de mesa são semelhantes às do nosso Agrupamento. Em relação ao compromisso com as famílias, nós sentimos necessidade, especialmente na escola que está em regime duplo, de “obrigar” os pais a perceberem que tem de existir um compromisso para os meninos irem às actividades, porque se corre o risco de uns dias estarem vinte alunos e noutros estarem apenas dois ou três.

Como a escola funciona em regime duplo e o horário das actividades não dá resposta à maioria dos pais, eles continuam a ter os

meninos nos ATL da zona. Por isso houve necessidade de fazermos reuniões com os pais, para lhes fazer sentir que as AEC não eram mais do mesmo, que eram algo diferente.

Quando os professores das AEC não podem ir, há sempre algum professor do 1.º ciclo com a variante de Música que consegue cobrir aquela falta. Temos também uma professora com a variante de Educação Física que, durante o tempo lectivo, está na sua escola e depois vai dar aquela área nas actividades de complemento curricular. Isto porque temos uma escola onde, devido às características do bairro, alguns professores se recusam a trabalhar.

Para os meninos do bairro, a alternativa às AEC é a rua. E para isso mais vale estarem na escola. Claro que são muitas horas, é muito cansativo e causa instabilidade. Até porque os alunos não têm o mesmo comportamento com o professor da turma, com quem estão todos os dias, e com os professores das AEC. Mas é natural que eles tenham outro tipo de comportamento, até pelo cansaço que evidenciam. Se as actividades da parte da manhã se centram mais nas actividades lectivas, da parte da tarde, a partir das 15h30, passa-se mais para o carácter lúdico. Nalguns casos, nós temos meninos que entram na escola às 7h30 da manhã e saem de lá às 19h00, o que é terrível, como devem calcular.

